

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Centro de Estudos Judiciários

Despacho (extracto) n.º 18 442/2006

Por despacho do Ministro da Justiça de 20 de Julho de 2006, foi ao licenciado Jorge Manuel Vaz Monteiro Dias Duarte, procurador-adjunto, autorizada, a seu pedido, a cessação de comissão de serviço como docente do Centro de Estudos Judiciários, com efeitos a partir de 15 de Julho de 2006.

26 de Julho de 2006. — A Directora, *Anabela Miranda Rodrigues*.

Despacho (extracto) n.º 18 443/2006

Por despacho do Ministro da Justiça de 26 de Julho de 2006, ao licenciado Luís Filipe Brites Lameiras, juiz de direito, foi renovada a comissão de serviço que vem prestando no Centro de Estudos Judiciários como docente, nos termos do artigo 81.º e do n.º 1 do artigo 83.º da Lei n.º 16/98, de 8 de Abril, por novo período de três anos, com efeitos a 15 de Setembro de 2006.

28 de Julho de 2006. — A Directora, *Anabela Miranda Rodrigues*.

Despacho (extracto) n.º 18 444/2006

Licenciado Luís Fernando dos Santos Correia de Mendonça, juiz de direito, cessa a sua comissão de serviço que vem prestando no Centro de Estudos Judiciários, como docente, a tempo integral, com efeitos a 30 de Agosto de 2006.

31 de Julho de 2006. — A Directora, *Anabela Miranda Rodrigues*.

Despacho (extracto) n.º 18 445/2006

Licenciado João Manuel da Silva Possante, procurador da República, cessa a sua comissão de serviço que vem prestando no Centro de Estudos Judiciários, como docente, a tempo integral, com efeitos a 30 de Agosto de 2006.

31 de Julho de 2006. — A Directora, *Anabela Miranda Rodrigues*.

Despacho (extracto) n.º 18 446/2006

Licenciada Ondina de Oliveira Carmo Alves, juíza de direito, cessa a sua comissão de serviço que vem prestando no Centro de Estudos Judiciários como docente, a tempo integral, com efeitos a 30 de Agosto de 2006.

31 de Julho de 2006. — A Directora, *Anabela Miranda Rodrigues*.

Despacho (extracto) n.º 18 447/2006

Licenciado Carlos João Frade Lobato Ferreira, procurador da República, cessa a sua comissão de serviço que vem prestando no Centro de Estudos Judiciários, como docente, a tempo integral, com efeitos a 15 de Setembro de 2006.

31 de Julho de 2006. — A Directora, *Anabela Miranda Rodrigues*.

Direcção-Geral da Administração da Justiça

Despacho n.º 18 448/2006

Por meu despacho de 24 de Agosto de 2006, foi a licenciada Cláudia Alexandra Kong, técnica de 1.ª classe da carreira técnica do quadro de pessoal da Direcção-Geral da Administração da Justiça, reclassificada profissionalmente como técnica superior de 2.ª classe da carreira técnica superior do quadro de pessoal da mesma Direcção-Geral, ficando a auferir pelo escalão 1, índice 400, nos termos do disposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro.

24 de Agosto de 2006. — O Subdirector-Geral, *João Calado Cabrita*.

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

Despacho (extracto) n.º 18 449/2006

Por despacho do director-geral de 21 de Agosto de 2006, foi sancionada a promoção da escriturária Sandra Luísa Gonçalves Garvão à categoria superior, com efeitos a 26 de Maio de 2006, tendo ficado posicionada no 2.º escalão, índice 200.

24 de Agosto de 2006. — Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Despacho (extracto) n.º 18 450/2006

Por despacho de 23 de Junho de 2006 do director-geral:

Foi a Maria Manuela Seixas Azevedo de Carvalho, contratada, em regime de contrato administrativo de provimento na Loja do Cidadão do Porto desta Direcção-Geral, como assistente administrativa, rescindido o referido contrato, a seu pedido, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2006.

Por meus despachos de 26 de Julho de 2006:

Foi a Belmira Helena Ferreira da Mota, contratada, em regime de contrato administrativo de provimento na Loja do Cidadão de Braga desta Direcção-Geral, como assistente administrativa, rescindido o referido contrato, a seu pedido, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2006.

Foi a Gabriela Natália da Silva Fernandes, contratada, em regime de contrato administrativo de provimento na Loja do Cidadão de Braga desta Direcção-Geral, como assistente administrativa, rescindido o referido contrato, a seu pedido, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2006.

Foi a Isilda de Fátima Machado Maia, contratada, em regime de contrato administrativo de provimento na Loja do Cidadão de Braga desta Direcção-Geral, como assistente administrativa, rescindido o referido contrato, a seu pedido, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2006.

28 de Agosto de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Rectificação n.º 1366/2006

Por meu despacho de 7 de Agosto de 2006 rectifica-se a data de produção de efeitos da rescisão do contrato administrativo de provimento de Fernando Miguel Barbosa Pinto Lopes, a que se refere o despacho n.º 10 501/2006, inserto no *Diário da República* 2.ª série, n.º 91, de 11 de Maio de 2006, para 1 de Maio de 2006, inclusive.

28 de Agosto de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Despacho n.º 18 451/2006

Na prossecução de uma maior operacionalidade, celeridade e eficácia nas decisões da administração, no quadro da actual orgânica da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT), entendo conveniente proceder a alguns ajustamentos nas delegações e subdelegações de competências.

Assim:

1 — Ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 35.º a 39.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 104/2003, de 23 de Maio, e ao abrigo das competências para autorização de despesas que me foram delegadas, com poderes de subdelegação, pela deliberação n.º 830/2004 do conselho administrativo da CCDRLVT, delego e subdelego, com poderes de subdelegação, as seguintes competências:

1.1 — No vice-presidente licenciado José António Moura de Campos:

1.1.1 — Substituir-me nas minhas ausências e impedimentos, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 104/2003, de 23 de Maio, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 114/2005, de 13 de Julho;

1.1.2 — Autorizar despesas até ao limite de € 99 760;

1.1.3 — Autorizar o uso de veículo próprio em serviço e o processamento da respectiva compensação monetária, prevista no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 50/78, de 28 de Março;

1.1.4 — Autorizar a prestação de trabalho extraordinário nas situações previstas na alínea *d*) do n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto, e em dias de descanso semanal, descanso complementar e feriados, nos termos do artigo 33.º do mesmo diploma legal;